

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA BAHIA: IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO

Daniel Nogueira Silva¹; Antonio Ricardo Dantas Caffé²; Andreia Andrade dos Santos³

¹ Bolsista do PET/MEC - SESU, Graduando do Curso de Ciências Econômicas; Universidade Estadual de Feira de Santana, email: lider.daniel@hotmail.com

² Orientador, Doutor em Economia pela Universidade de Paris XVIII, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: ricardo.caffe@gmail.com

³ Bolsista do PET/MEC - SESU, Graduanda do Curso de Ciências Econômicas; Universidade Estadual de Feira de Santana, email: andreiaandradeds@gmail.com

PALAVRAS – CHAVE: Reestruturação produtiva, Bahia, terceirização

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva no Brasil, em primeiro lugar, tem o seu aprofundamento a partir do início da década de 90, sustentado nas políticas de conteúdo neoliberal que se consubstanciaram no plano de estabilização econômica ainda vigente no país. A singularidade de uma reestruturação produtiva, no plano geral da atividade industrial, foi constituída muito mais pelas inovações organizacionais e muito menos por transformações ou inovações tecnológicas, refletindo, em certa medida, a ausência de investimentos por parte do Estado e, ao mesmo tempo, indicando a dependência tecnológica das empresas aqui instaladas. Assim, vai se constituindo um padrão de reestruturação, em que a terceirização ocupa um lugar de destaque para todas as empresas nos mais diferentes setores, movidas pela lógica da produtividade e da competitividade, elevadas na forma mais pura de racionalidade econômica, que exclui o desenvolvimento social e humano dos homens e mulheres que trabalham. Essa lógica leva à utilização de formas de trabalho das mais precárias e perversas, a exemplo do trabalho infantil, do trabalho semi-escravo e do trabalho desqualificado ocupado em geral pelas mulheres. Muito embora esses processos já estivessem presentes nos setores mais atrasados da economia, como no mercado informal urbano e rural, hoje, atingem os setores mais dinâmicos e modernos da atividade produtiva. O objetivo desta pesquisa é analisar os diversos impactos desta reestruturação produtiva nas relações de trabalho aqui na Bahia, e apresentar a partir de pesquisas já realizadas, de que maneira a terceirização, que está ocorrendo nas empresas químicas e petroquímicas do Estado, tem levado, nas palavras de Druck (1999), a uma *quádrupla precarização*: do trabalho, da saúde, dos trabalhadores e das ações coletivas.

METODOLOGIA

Essa pesquisa trata de analisar os impactos da reestruturação produtiva na Bahia, dentro do mundo do trabalho. Para que houvesse uma compreensão teórica do processo estudado, foi necessário analisar a integração do Brasil na nova dinâmica de acumulação do capital, neste processo de mundialização. Centrando-se numa abordagem de pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002) é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esses referenciais teóricos auxiliam na explicação e análise do fenômeno estudado. Um conjunto de pesquisas empíricas, resultantes de monografias, dissertações e teses, serão utilizadas para desvendar a realidade do

capitalismo brasileiro, em especial na Bahia, subordinado, sob a hegemonia das políticas neoliberais e suas conseqüências para os trabalhadores.

DISCUSSÃO

Quando analisamos o processo de reestruturação produtiva do Estado brasileiro, nas décadas de 1980 e 90, necessariamente necessitamos tomar como referência a perspectiva do projeto neoliberal. Chamada também de Reforma do Estado, a reestruturação produtiva que começou acontecer a partir deste período, refere-se às transformações ocorridas no seio do capitalismo, particularmente aquelas marcadas pelas reestruturações industriais da Europa e do Japão, nos anos 1970 e início dos 80, e da América do Norte, durante o último lustro dos anos 1980 e toda a década de 1990. Tanto as mudanças na estrutura industrial (sob a orientação dos capitais privados) quanto à reforma do Estado (sob o governo de Estados conservadores) são procedimentos de um mesmo movimento voltado para adequar a produção de mercadorias às determinações do novo regime de acumulação do capital.

Ao se analisar as reformas do Estado brasileiro, a partir do conservadorismo tático dos governos Figueiredo e Sarney e o aprofundamento desse modelo nos anos 1990, fica claro que as medidas iniciadas na década de 1980, ainda que tímidas e aparentemente ingênuas, tiveram um papel decisivo na preparação do país para o aprofundamento das transformações que se confirmariam nos anos 1990. O que se percebe a partir dos anos 80 é uma crise no modelo político desenvolvimentista brasileiro, que havia se iniciado em 1930 com Getúlio Vargas, e que até os anos 70, aparentava ser a melhor forma para o crescimento econômico do Brasil. A partir de 1973 com a crise do petróleo, o problema do desemprego aliado à inflação, colocou em contradição todo o modelo político que tinha como principal característica a massiva participação do Estado na economia, o que significava basicamente que seria necessário uma reforma nas bases produtivas do Estado Capitalista.

É nesse contexto que se desenvolve o processo de reestruturação produtiva, constituída por transformações organizacionais e tecnológicas – no âmbito do trabalho e da produção, que se inicia na indústria e atinge, atualmente, todos os setores da atividade econômica. Constitui-se da reorganização e reconversão de setores industriais, da privatização de setores estratégicos, de novos padrões de gestão ou organização do trabalho, de novas tecnologias de base microeletrônica e de uma nova política de relações entre os sindicatos de trabalhadores e o patronato. A linguagem da reestruturação produtiva impregna todas as atividades – privadas e públicas – de conteúdo essencialmente mercadológico. Os objetivos declarados são: redução de custos, aumento de produtividade, garantir a competitividade, flexibilizar o trabalho, neutralizar os conflitos entre capital e trabalho, buscar a negociação e a parceria constantes.

Para alguns autores, segundo Harvey (1992), trata-se de um novo regime de acumulação – a acumulação flexível – que vem em resposta à crise do regime de acumulação fordista. Essa reestruturação ou esse novo padrão de desenvolvimento do capitalismo está ancorado centralmente na flexibilização do trabalho, do emprego, do mercado de trabalho e do próprio trabalhador. E os resultados observados, no mundo inteiro, são: desemprego estrutural, precarização do trabalho e do emprego; fragmentação dos coletivos de trabalhadores com um processo crescente de individualização ou informalidade do trabalho e fragilização da ação coletiva e sindical.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

Esses dois movimentos estruturais – a globalização e a reestruturação produtiva – estabelecem as condições materiais e objetivas do capitalismo neste final de século, enquanto o neoliberalismo – como um terceiro movimento – oferece as condições subjetivas necessárias para realizar, de forma plena, o entrelaçamento e a articulação entre os três movimentos. O conteúdo ideológico do ideário neoliberal leva ao dismantelamento do movimento social, da solidariedade, da ação coletiva. Enfraquece a identidade de classe dos trabalhadores, reforçando o individualismo e a divisão ou concorrência entre os mesmos. E isso é possível porque existe uma base real – construída pelas transformações na organização ou gestão do trabalho posto pela reestruturação produtiva – que desemprega, precariza, exclui e deixa os trabalhadores expostos à selvageria do mercado de trabalho, cada vez mais desregulamentado e “livre”.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil segue um calendário que varia de região para região e de setor para setor. Essa diferenciação setorial e regional pode ser explicada por um conjunto de variáveis: as condições objetivas mais gerais da economia e da política no país; a situação e a posição de cada setor em termos de mercado nacional e internacional, inclusive variando em função do tipo de capital predominante (nacional, multinacional, estatal, etc); as relações políticas entre empresariado e trabalhadores (sindicatos); as características técnicas do processo de produção e o tipo de cultura empresarial dominante.

No caso da Bahia, pode-se afirmar que a reestruturação produtiva apresenta-se de forma mais generalizada, sustentada também na implementação de novos padrões de gestão e organização do trabalho, no final dos anos 80. E, nesse processo, o setor mais dinâmico e de ponta da economia baiana, o Pólo Petroquímico de Camaçari, comanda e difunde de forma rápida e muito intensa as transformações organizacionais. Se a instalação do Pólo Petroquímico teve um efeito multiplicador, induzindo mudanças com sinal positivo para vários setores da região, hoje, a reestruturação em curso em suas empresas desencadeia uma repercussão negativa sobre a economia e a região metropolitana. Embora os impactos se confundam com transformações e políticas de caráter nacional, é inquestionável a determinação do setor petroquímico sobre o mercado de trabalho urbano da região (Borges e Franco, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode perceber, já como resultados desta pesquisa, é que as transformações que ocorreram com a crise do capitalismo a partir de 1970, causaram fortes impactos no mundo trabalho com a criação de novos métodos de produção e de gestão dos trabalhadores empregados. As principais tendências da reestruturação do capital sob a égide da mundialização, apontam para a centralidade do desemprego “global”, da flexibilização e da precarização do trabalho como fenômenos dominantes e como estratégias de dominação nessa nova fase do capital. E tais características ganham ainda maior dimensão quando analisada as condições dos países periféricos, como o Brasil, que já possuíam uma estrutura produtiva onde a situação da classe trabalhadora já estava extremamente precarizada. Analisando as transformações ocorridas na Bahia, principalmente o Pólo de Camaçari - por ser o setor mais dinâmico da economia baiana - fica claro que a classe trabalhadora é a que mais sofre com este processo de reestruturação. Os principais indicadores demonstram que ocorre uma

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

acentuada redução dos ocupados com vínculos empregatícios na indústria e nos serviços e o aumento dos assalariados “sem carteira” e do trabalho “por conta própria”, formas de inserção bastante recorrentes no segmento do mercado dominado pelas “terceiras” (contratos de prestação de serviços, contratos de “experiência” não formalizados, etc.). Além disso, constata-se crescentes taxas de desemprego, que colocam a Região Metropolitana de Salvador (RMS) como a “campeã” do desemprego no país.

Além disso, a terceirização, ao dividir, desintegrar, diferenciar e fragmentar o trabalho e a própria fábrica, vai criando um “fosso” entre uma cultura dos trabalhadores que permanecem contratados como efetivos na empresa e uma cultura dos subcontratados, trabalhadores que são apartados dos demais, com os quais trabalham lado a lado e, muitas vezes, realizando a mesma função, mas que são considerados de segunda categoria – *os desclassificados* – desprovidos de um estatuto e de direitos elementares que o trabalho assalariado deveria garantir. (Druck, 1999).

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. 1995. Adeus ao trabalho? - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez.

BORGES, Angela; FRANCO, Angela. 1997. Mudanças de gestão: para além dos muros da fábrica. In: FRANCO, Tânia (Org.). Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável ?. Salvador: EDUFBA p.63-116.

DRUCK, G. 1999. Terceirização: (des)fordizando a fábrica - um estudo do complexo petroquímico da Bahia, São Paulo: Boitempo/Edufba, 271p.

GIL, Antonio Carlos. 2002. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas; p.44.

HARVEY, D. 1992. A condição pós-moderna, São Paulo: Loyola.